

SAF vai tentar anular decisão da Câmara

O ministro-chefe da Secretaria de Administração Federal (SAF), Romildo Canhim, disse ontem que vai buscar, junto à Advocacia Geral da União uma forma democrática para tentar anular a decisão de quarta-feira (16) da Câmara, de promover isonomia salarial dos deputados federais com os ministros do Supremo Tribunal Federal, o que implicará um aumento de 23,69% nos vencimentos dos parlamentares.

Ele também anunciou que procuraram caminho semelhante em relação à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de tomar como data-base o dia 20, na conversão dos salários do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público pela média dos últimos quatro meses, em vez do último dia do mês, como determina a Medida Provisória nº 434, que criou a URV. É que, a permanecer a decisão, tais servidores terão aumento real de salários de 10,% contra zero dos demais funcionários da União.

Romildo Canhim disse que o motivo por que combaterá as duas decisões é que elas transformariam os demais funcionários públicos em "servidores de segunda classe". Além disso, na opinião dele, elas comprometeriam o trabalho em curso de promover isonomia dos salários dos servidores de todos os poderes da União. Finalmente, sustenta que desrespeitam a medida Provisória nº 434 e poderão impedir o sucesso do plano de ajuste econômico do Governo.

A CUT repudia a falta de compromisso dos congressistas com a realidade dos trabalhadores, que já estão pagando com o arrocho salarial pelas seqüelas do Plano FHC, que permitiu o maior aumento dos preços registrado em nossa história. Diante desta atitude inconsequente e caso o Senado respalde o reajuste parlamentar, a CUT vai recorrer à Justiça com uma ação de inconstitucionalidade.